

País manterá moratória até o dia 26 sem risco de sanções

O Brasil não deverá sair da moratória até o próximo dia 26, porque não existe a hipótese de um acordo com os bancos credores privados até aquela data. Mesmo assim não deverá sofrer sanções por parte dos bancos norte-americanos, que terão que lançar como prejuízo em seus balanços trimestrais os juros da dívida não pagos pelo Brasil. Esta é a opinião de um dos negociadores brasileiros que participou, de 25 de setembro até meados da semana passada, em Washington e Nova Iorque, de contatos com banqueiros privados internacionais.

O Brasil só se dispõe a fazer um pagamento simbólico de uma parte dos juros vencidos neste ano (o que significa suspender a moratória) quando houver pelo menos indícios claros de um acordo com os banqueiros em torno de uma renegociação de longo prazo para a dívida. Este acordo envolve o financiamento integral dos juros vencidos neste ano (US\$ 4,3 bilhões, podendo ser retirada daí a parcela simbólica) e 60% dos juros que vencem em 1988 e 1989. E para isso não há tempo.

Boa vontade

É que tradicionalmente o processo de renegociação demora pelo menos três a quatro meses. O Brasil entende que mostrou boa vontade ao apresentar sua proposta e dispor-se a discuti-la daqui

para frente. Também registrou este mesmo interesse por parte dos credores. Mas o detalhamento das posições de cada uma das partes não será concluído até o dia 26.

Do próximo dia 13 até 16 ou 17, técnicos brasileiros vão reunir-se em diversos grupos de trabalho com técnicos dos bancos credores para iniciar este trabalho. E no dia 19 o presidente do Banco Central, Fernando Millet, e o consultor para assuntos da dívida, Fernão Bracher, têm novo encontro marcado com o comitê assessor dos bancos, ao qual entregou a proposta inicial no dia 25 passado. Mas até agora os credores só fizeram comentários sobre a proposta brasileira. Sequer apresentaram sua contraproposta.

Sem mudança

A proposta brasileira não mudou depois do dia 25. O País mantém a moratória, não quer fazer acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) antes de fechar acordo com os bancos privados, mantém a proposta de securitização (transformação em títulos) de parte da dívida (cerca de 15%) e reivindica "spread" (taxa de risco) zero e juros mais baixos.

A estratégia será de negociar primeiro os pontos que já encontraram alguma receptividade. É o caso da securitização e da não-ida ao FMI. Alguns banqueiros já entenderam melhor a idéia da se-

curitização e os governos dos países mais ricos não se opõem a um acordo com os bancos privados sem o monitoramento do FMI.

Malabarismo

A negociação é sensível tanto no plano externo quanto no interno. Por exemplo, bastou o ministro da Fazenda, Bresser Pereira, acenar com a possibilidade de um pagamento simbólico dos juros e fechar acordo com o FMI depois do acordo com os bancos e antes da renegociação da dívida com o Clube de Paris (US\$ 13 milhões), para que o presidente da Comissão Especial da Dívida do Senado, Carlos Chiarelli (PFL-RS), anunciasse sua disposição de convocá-lo para explicar esta declaração.

No plano externo, os banqueiros temem que sem acordo com o FMI eles terão que assumir sozinhos os ônus do refinanciamento dos juros. E enquanto perdurar a moratória, os "spreads" dos empréstimos de curto prazo (em torno de US\$ 15 bilhões de créditos comerciais e interbancários) serão mais caros porque o País oferece risco maior.

Restará uma esperança: como o Brasil está honrando encargos desses créditos, mesmo que os bancos credores decidam rebaixar o Brasil para a posição de mau pagador após o dia 26, há pouca possibilidade de eles suspenderem sua renovação. Porque seria uma perda para eles próprios.